

AMBIENTE Fórum de Mudança Climática e Ipea criam Câmara Temática para estudar efeito econômico do aquecimento global

Grupo vai calcular custo do clima no Brasil

MARCELO LEITE
EDITOR DE CIÊNCIA

A apenas uma semana da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), o Brasil começa a recuperar o tempo perdido no campo da contabilidade ambiental. Com o lançamento da Câmara Temática de Impactos Econômicos e Sociais, hoje em São Paulo, o país dá um primeiro passo para descobrir quanto teria a perder —ou a ganhar— com o aquecimento global.

Os países desenvolvidos que integram a OCDE (Organização pa-

ra a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), por exemplo, já têm uma idéia: para cumprir as metas do Protocolo de Kyoto, eles podem contar com uma queda de 1% a 2% de seu PIB (produto interno bruto, a somatória das riquezas produzidas por uma nação em um ano).

O Protocolo de Kyoto é um acordo internacional para conter a emissão de gases do efeito estufa (retenção de radiação solar na atmosfera, fenômeno natural agravado pelas atividades humanas baseadas na queima de compostos de carbono). Segundo o tratado, países desenvolvidos devem

cortar em média 5,2% de suas emissões, entre 2008 e 2012, tomando por base o ano de 1990.

O protocolo está ameaçado porque os EUA, principal consumidor de combustíveis fósseis, se recusam a adotá-lo. O argumento do governo americano é o alto custo atual de cortar as emissões, o que exige investimento. Seus estudos mostram que sairia mais barato aguardar 5 a 10 anos e estimular o desenvolvimento de tecnologias, nesse período, para aumentar a eficiência energética.

“Essa é a força de um estudo científico na negociação internacional”, diz Ronaldo Serôa da

Motta, coordenador da Câmara Temática e de Estudos de Meio Ambiente no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A câmara integra o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas criado pelo governo federal (www.forumclimabr.org.br).

Serôa, 48, diz que nos países em desenvolvimento a chamada mitigação do aquecimento global pode ser economicamente mais vantajosa. Na revisão da literatura técnica que seu grupo realizou para a Câmara Temática, destaca estudos feitos na China e no México que vão nessa direção.

Nesses países, a perda poderia ir

de mais de 1% (México) a 2%-3% (China). No entanto, caso o combate às emissões envolva a criação de um imposto sobre a emissão de CO₂, cuja arrecadação seja compensada com redução de outras taxas (de modo que a carga tributária total não cresça), a redução do PIB poderia ser quase inteiramente compensada.

Serôa diz que os estudos a serem realizados pela Câmara Temática trarão subsídios que o governo brasileiro poderá usar, a partir de 2008, quando o Protocolo de Kyoto começar a ser renegociado. A expectativa é que os países em desenvolvimento também sejam

obrigados a adotar metas de cortes nas emissões de CO₂.

“Precisamos de argumentos para mostrar o custo de ter metas”, afirma o economista do Ipea. “Por enquanto ganhamos [os países em desenvolvimento] de golead, mas eles [os desenvolvidos] estão nos esperando em 2012.”

O Brasil emite muito carbono na atmosfera como resultado do desmatamento na Amazônia, uma quantidade que chega a pesar no cômputo mundial (4,2% das emissões globais, estimou em 1997 o ecólogo Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia).

Class	37
Data	19/08/2002
Fonte	ESP, Genúca
Página	Pg 112
Documentação	